

Monitorização do Cumprimento das Políticas de Acesso Aberto

Autor: Mafalda Piçarra, Jisc

Revisor: Alma Swan, EOS

Dezembro de 2015



Introdução

Nos últimos anos, as comunidades académicas têm assistido a um aumento do número de políticas de Acesso Aberto adotadas por instituições que realizam investigação científica e por financiadores de ciência. Em paralelo à implementação de políticas, as instituições e os financiadores têm sido envolvidos no desenvolvimento de mecanismos de monitorização das políticas de Acesso Aberto. Este estudo descreve alguns casos onde instituições e financiadores acompanham de forma eficaz o cumprimento das suas políticas. Na primeira seção, faz-se uma breve introdução ao Acesso Aberto e é explicada a lógica de monitorizar o cumprimento das políticas de Acesso Aberto. A segunda seção descreve as boas práticas de monitorização do cumprimento das políticas de Acesso Aberto. Os estudos de caso refletem sobre a conformidade com os Funding Councils do Reino Unido e os National Institutes of Health (NIH) dos EUA. A terceira seção faz recomendações sobre quais os processos e procedimentos que as universidades e os financiadores devem adotar para acompanhar o cumprimento das suas políticas de Acesso Aberto. A seção final recapitula algumas das ideias chave relacionadas com a monitorização do cumprimento das políticas.

I. Acesso Aberto e monitorização do cumprimento

Políticas de Acesso Aberto: uma introdução

As políticas de Acesso Aberto têm vindo a ser adotadas por universidades, instituições que realizam investigação e financiadores desde o início de 2003. O Registo de Políticas e Mandatos de Acesso Aberto (ROARMAP) apresenta atualmente 738 entradas de políticas de todo o mundo, entre as quais 440 foram implementadas por universidades (347) e financiadores (53) na Europa.

As políticas de Acesso Aberto reúnem informação sobre os critérios que os autores são obrigados ou incentivados a cumprir com o propósito de disponibilizarem em Acesso Aberto os seus resultados de investigação. Os resultados de investigação podem ser colocados em Acesso Aberto através de auto-arquivo (Acesso Aberto Verde) e/ou através da publicação em revistas científicas de Acesso Aberto (Acesso Aberto Dourado)¹. A maioria das políticas de Acesso Aberto especificam:

- **Quem** deve colocar a informação científica acessível (e.g. investigadores, académicos)?
- **O que** deve estar disponível em Acesso Aberto (e.g. artigos sujeitos a arbitragem por pares, proceedings de conferências, dados científicos, monografias)?
- **Porque** deve estar a informação científica acessível (isto é, quais os benefícios do Acesso Aberto)?
- **Quando** devem estar acessíveis livremente e online os resultados de investigação (e.g. imediatamente ou depois de um período de embargo)?

¹ Hunt, M. and Swan, A., Briefing paper: Open Access, 2015, p. 4, PASTEUR4OA, <http://www.pasteur4oa.eu/sites/pasteur4oa/files/resource/Open%20Access%20-%20basic%20briefing%20.pdf>

- **Onde** devem ser depositados os resultados de investigação (e.g. num repositório institucional, temático ou multidisciplinar)?
- **Como** os autores devem cumprir com os critérios da política² (isto é, o conjunto completo dos critérios que os autores são requeridos ou incentivados a cumprir)?

Porque deve ser feita a monitorização do cumprimento das políticas de Acesso Aberto?

As universidades e os financiadores que adotaram políticas de Acesso Aberto obrigatórias³ têm também implementado mecanismos que sistematicamente acompanham o cumprimento dos mandatos pelos seus autores. Acompanhar o cumprimento da política é importante porque permite aos decisores políticos: (i) avaliar quem está a aderir à política; (ii) decidir se estão a ser necessárias práticas de divulgação e comunicação adicionais de forma a aumentar a consciencialização em relação à política e as taxas de conformidade; (iii) observar se estão a ser necessárias infraestruturas ou ferramentas adicionais que permitam a recolha de evidências sobre a conformidade; (iv) determinar se é necessário implementar sanções para forçar a conformidade sistemática com a política; (v) e dar início ao processo de avaliação dos benefícios que o Acesso Aberto traz à instituição como o crescimento do número de registos em Acesso Aberto. Para além disto, a monitorização do cumprimento da política pode também contribuir para melhorar o conteúdo da política; facilitar a colaboração entre os vários intervenientes da comunidade académica; promover o uso de técnicas de avaliação que disponibilizam informação útil para a revisão da política; informar sobre a avaliação do impacto da política (por exemplo, mudando atitudes e comportamentos dos investigadores face à publicação); e ajudando a ligar as políticas a resultados específicos (por exemplo, aumentando a proporção anual de artigos que se tornam imediatamente disponíveis em Acesso Aberto ou após o período de embargo)⁴. Mais importante ainda, a monitorização do cumprimento da política é fundamental para as universidades e financiadores contabilizarem os resultados dos gastos públicos e demonstrarem o retorno do investimento em investigação⁵.

Como pode ser monitorizado o cumprimento das políticas de Acesso Aberto?

Estudos recentes têm examinado e medido a quantidade de artigos sujeitos a arbitragem científica que são disponibilizados em Acesso Aberto⁶. Estes estudos mostram a percentagem de artigos sujeitos a arbitragem científica que têm sido disponibilizados em Acesso Aberto, nos últimos anos, por área de investigação e/ou por país. Os resultados destes estudos têm implicações ao nível da política e da infraestrutura. Por exemplo, as políticas de Acesso Aberto parecem ter um impacto em termos da quantidade dos artigos disponíveis em Acesso Aberto mas a infraestrutura, tais como os repositórios institucionais, também desempenham um papel na determinação do grau em que o conteúdo pode ser disponibilizado e acessível. Indiretamente, alguns destes estudos demonstram que nem todos os artigos disponibilizados online estão em conformidade com as políticas de Acesso Aberto existentes.

Uma característica importante para medir a conformidade com as políticas de Acesso Aberto refere que não é suficiente apenas medir a proporção dos resultados de investigação disponibilizados gratuitamente na rede mundial. Em vez disso, o elemento chave de controlo do cumprimento é medir a proporção dos resultados de investigação que estão acessíveis em Acesso Aberto e em conformidade com os requisitos da política de Acesso Aberto. Observa-se muitas vezes que os artigos sujeitos a revisão por pares mais antigos estão

2 As políticas de Acesso Aberto geralmente incluem informação sobre os tipos de resultados de investigação a serem depositados, a versão a ser depositada, onde depositar, a data de depósito, as exceções ao depósito, a data para disponibilizar em Acesso Aberto, o período de embargo, as condições de licenciamento, tipos de resultados de investigação a serem publicados em Acesso Aberto (exemplo, artigos com revisão por pares, monografias), onde publicar (exemplo, Acesso Aberto e/ou revistas científicas híbridas), financiamento para custos de publicação, etc.

3 Políticas de Acesso Aberto mandatárias requerem ou obrigam em vez de apenas recomendarem (políticas voluntárias) que os autores depositem os seus artigos num repositório (Acesso Aberto Verde) e/ou publiquem os artigos em Acesso Aberto (Acesso Aberto Dourado).

4 Waterman, R. and Wood, D. (1993) 'Policy Monitoring and Policy Analysis', *Journal of Policy Analysis and Management*, 12: 685. doi:10.2307/3325346

5 Swan, Alma (2012) Policy Guidelines for the Development and Promotion of Open Access, UNESCO, p. 50.

6 Gargouri, Y., Larivière, V., Gingras, Y. and Hamad, S. (2012). 'Green and Gold Open Access Percentages and Growth, by Field', <http://eprints.soton.ac.uk/340294/1/stiGargouri.pdf>

Archambault, E. et al. (2013) 'Proportion of Open Access Peer-Reviewed Papers at the European and World Levels – 2004-2011', Montreal: Science-Metrix Inc., http://www.science-metrix.com/pdf/SM_EC_OA_Availability_2004-2011.pdf

disponíveis online porque os autores os colocam disponíveis em websites ou porque os editores disponibilizam versões antigas das suas revistas científicas. Contudo, esta forma de colocar os resultados de investigação online não é considerada disponibilização em Acesso Aberto: a definição de Acesso Aberto implica que os resultados de investigação devem ser colocados online imediatamente (ou assim que possível e que não ultrapassem o período de embargo previsto na política) e em conformidade com os requisitos da política de Acesso Aberto das instituições e dos financiadores. Para medir a conformidade é necessário ter em consideração os resultados de investigação publicados ao nível da instituição ou do financiador num determinado ano para saber qual a percentagem de registos que estão disponíveis em Acesso Aberto de acordo com os requisitos das suas políticas.

Ao examinar os tipos de políticas que são bem-sucedidas em disponibilizar informação científica em Acesso Aberto, um estudo PASTEUR4OA⁷ concluiu que políticas de Acesso Aberto obrigatórias e um conjunto específico de condições⁸ são mais propensas a resultar num número mais elevado de resultados de investigação ficarem disponíveis abertamente. Um dos objetivos do estudo envolveu quantificar o total de conteúdos do repositório em texto integral, em Acesso Aberto e com texto integral e em Acesso Restrito (sujeitos a um período de embargo), por instituição, área de investigação e ano⁹. Ao reunir esta informação, é possível observar quantos artigos depositados estão em conformidade com a política de Acesso Aberto institucional. Assim, para monitorizar a conformidade com as políticas de Acesso Aberto deve ser possível contabilizar o número total de artigos com revisão por pares sujeitos à política, o número total de artigos com texto integral e em Acesso Aberto depositados no repositório, o número de documentos com o texto integral embargado que serão libertados para Acesso Aberto mais tarde e se os artigos em Acesso Aberto estão em conformidade com os requisitos da política (Figura 1).

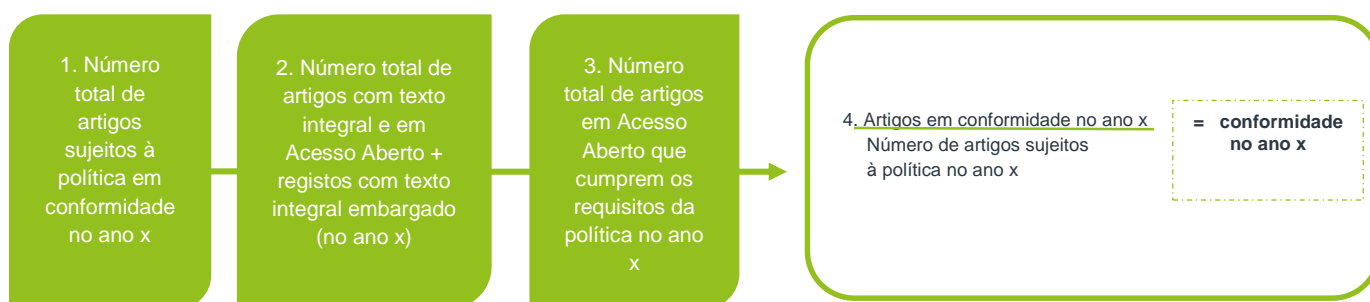


Figura 1: Monitorização do cumprimento das políticas de Acesso Aberto.

Em termos práticos, a monitorização do cumprimento da política é uma tarefa complexa muitas vezes realizada manualmente, no entanto, alguns serviços podem apoiar a execução desta tarefa. Para monitorizar o cumprimento, deve ser reunida a informação sobre os resultados de investigação depositados, assim como os resultados publicados em Acesso Aberto (em revistas de Acesso Aberto ou híbridas) e subsequentemente deve ser feito o cruzamento desta informação com os requisitos da política de Acesso Aberto (e.g. os direitos de autor e licenciamento, períodos de embargo, versão dos registos depositados, etc.). Nos casos em que os resultados de investigação não foram depositados em repositórios, deve-se identificar que outra literatura foi publicada pelos seus académicos e investigadores e que não está disponível em Acesso Aberto (e.g. verificando-se a informação indexada em bases de dados como a Web of Science e Scopus). Alguns serviços online gratuitos podem ajudar no controlo de artigos publicados pelos seus autores. Estes incluem o ORCID (identificador digital único de autores/investigadores), DOI (código de série utilizado para identificar objetos únicos como publicações) e FundRef (taxonomia padrão de nomes de financiadores). Outros serviços podem ajudar a descobrir publicações (e.g. CORE, OpenAIRE, Google Scholar) e no número de vezes que as

7 Swan, A, Gargouri, Y, Hunt, M and Harnad, S, Work Package 3 Report: Open Access Policies, 2015, PASTEUR4OA, <http://www.pasteur4oa.eu/news/109#.V5U258N0zIU>

8 A lista das condições da política/critérios que asseguram a eficácia da política de Acesso Aberto inclui: (i) os artigos devem ser depositados; (ii) o depósito não pode ser dispensado; (iii) o depósito dos artigos está ligado com a avaliação da investigação (avaliação do desempenho); (iv) os artigos devem estar disponíveis em Acesso Aberto; e (v) se a política definir que os autores devem reter alguns direitos de autor, tal não pode ser dispensado.

9 Ibid: 23

publicações foram acedidas (Google Analytics). De um modo geral, é necessário utilizar vários sistemas para reunir, verificar e avaliar a informação requerida para monitorizar a política com sucesso¹⁰. Monitorizar a conformidade é tão desafiante como expandir a consciência dos académicos e dos investigadores para o Acesso Aberto.

À medida que mais políticas nacionais e de financiadores são implementadas, vão sendo desenvolvidos sistemas que permitem às instituições e/ou financiadores verificar automaticamente a conformidade com as suas políticas de Acesso Aberto e recolher dados para relatórios. Contudo, tais sistemas são ainda escassos. No Reino Unido, por exemplo, a iniciativa Jisc Monitor Local irá permitir às universidades reunir e reportar dados relacionados com os resultados de investigação disponibilizados através das vias Verde e Dourada. Nos EUA, o novo módulo Symplectic sobre a monitorização do Acesso Aberto simplifica o processo de monitorização da conformidade com a política das instituições¹¹.

II. Boas práticas de monitorização da conformidade com as políticas de Acesso Aberto por financiadores e instituições

Esta seção descreve alguns casos de políticas de Acesso Aberto adotadas por financiadores e universidades e onde processos e procedimentos têm sido estabelecidos para promover e monitorizar a conformidade com as políticas respetivas. O primeiro estudo de caso foca-se nas medidas adotadas pelos Funding Councils do Reino Unido para promover a conformidade com as suas políticas. Também ilustra os procedimentos que a Universidade de Glasgow e a Universidade de Oxford, entre outras universidades do Reino Unido, estão a seguir para promover e monitorizar a conformidade com a política dos Funding Councils. O segundo estudo de caso centra-se na Política de Acesso Público dos National Institutes of Health (NIH) dos EUA e enfatiza os mecanismos desenvolvidos pelos NIH para ajudar as universidades a monitorizar a conformidade com a sua política.

Estudo de caso I: a Política de Acesso Aberto dos Higher Education Funding Councils do Reino Unido

Os Higher Education Funding Councils (HEFCE) do Reino Unido anunciaram a sua política em março de 2014. A política passará a estar em vigor desde 1 de abril de 2016 e aplica-se a académicos e investigadores de todas as universidades do Reino Unido. A política vai tornar-se uma parte inclusiva do exercício post-2014 Research Excellence Framework (REF). Sendo assim, todos os académicos e investigadores das universidades do Reino Unido estão obrigados a cumprir com a política de Acesso Aberto dos Funding Councils para se tornarem elegíveis para o post-2014 REF. A Tabela 1 sumariza os requisitos da política de Acesso Aberto dos Funding Councils.

· Âmbito da política	Artigos científicos e proceedings de conferências com um ISSN aceites para publicação depois de 1 de abril de 2016.
· Auto-arquivo dos resultados científicos (Acesso Aberto Verde)	O depósito e a colocação dos resultados de investigação em Acesso Aberto é obrigatória.
· Onde depositar	Repositório institucional, multi-institucional ou temático.
· Data de depósito	Assim que possível depois de aceite para publicação e até 3 meses depois desta data. Nota: no primeiro ano da política tornar-se efetiva (1 de abril 2016 a 1 de abril de 2017) os resultados de investigação podem ser depositados até 3 meses depois da data de publicação.
· Versões a depositar	Texto do autor final aceite com revisão por pares/manuscrito do autor aceite/versão final do autor/versão post-print
· Período de embargo	12 meses (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática - STEM) / 24 meses (Humanidades, Artes e Ciências Sociais - HASS).

¹⁰ Open Access Monitor, <http://symplectic.co.uk/elements-updates/introducing-open-access-monitor/>

¹¹ Introdução ao módulo Elements – Open Access Monitor, <http://symplectic.co.uk/elements-updates/introducing-open-access-monitor/>

· Licença	Creative Commons Atribuição-Não comercial-Sem derivações (CC BY NC ND).
Publicação dos resultados de investigação em Acesso Aberto (Acesso Aberto Dourado)	Acesso Aberto Dourado é aceite.
· APCs	Custos de Processamento da Publicação (APCs) podem ser financiados a partir do financiamento institucional para a investigação que é concedido pelo HEFCE - esta é uma decisão institucional. Não foi criado nenhum financiamento especial para APCs.
· Período de embargo	Os resultados de investigação publicados em Acesso Aberto Dourado, que são elegíveis para depósito sem embargo, devem cumprir os requisitos de acesso assim que possível e o mais tardar até um mês depois do depósito.
· Exceções	Algumas exceções são permitidas: depósito (quando o resultado de investigação não cumpre com os requisitos de depósito), acesso (quando existem questões para resolver relativas ao cumprimento dos requisitos de acesso), técnicas (quando um resultado de investigação não cumpre os critérios devido a uma questão técnica), e outras (devem ser justificadas e extremamente raras).

Tabela 1: Política de Acesso Aberto dos Funding Councils do Reino Unido¹².

Para monitorizar a conformidade com a política, os Funding Councils produziram diretrizes a explicar às universidades do Reino Unido que informação devem reunir para cumprir com os requisitos de submissão do post-2014 REF¹³, assim como orientação sobre os requisitos de auditoria¹⁴. O plano para medir a conformidade com a sua política inclui a verificação dos dados fornecidos na submissão do REF e se quaisquer auditorias forem realizadas, as universidades devem fornecer informações sobre os seus processos e sistemas de registo da informação sobre Acesso Aberto, bem como a adoção de uma abordagem para verificar a informação de apoio¹⁵. Nos casos em que os resultados de investigação submetidos ao REF não cumprirem com os requisitos ou exceções da política, estes serão considerados como não-conformes, não sendo classificados e avaliados no REF¹⁶. Não obstante, os Funding Councils aceitarão falhas ocasionais nos casos em que as instituições fizeram os esforços necessários para atingirem a conformidade completa, assim como erro humano legítimo ou de supervisão¹⁷, e serão considerados os casos onde o progresso pode ser impedido, como resultado de diversas práticas em áreas académicas distintas. Em termos gerais, a abordagem dos Funding Councils para o cumprimento com a política de Acesso Aberto será flexível, uma vez que reconhece que a comunicação da política e a obtenção de todos os processos e procedimentos corretos requerem o seu tempo¹⁸.

Os requisitos de informação e auditoria que os Funding Councils exigem às universidades do Reino Unido para reunir dados para o post-2014 REF incluem as seguintes seções e campos (Tabela 2):

Seção: Definição	Informação a ser fornecida
Tipo de resultado científico	Lista de itens [Artigo de revistas científicas, proceedings de conferências com um número de ISSN]
Data de aceitação	Data [Definição da data de aceitação disponível em:

12 Política de Acesso Aberto do post-2014 Research Excellence Framework, <http://www.hefce.ac.uk/pubs/year/2014/201407/>

13 Ibid: 8

14 Acesso Aberto no post-2014 Research Excellence Framework: informação e requisitos

<http://www.hefce.ac.uk/media/hefce/content/What,%20we,%20do/Research/OA/Open%20access%20in%20the%20next%20REF%20information%20and%20audit%20requirements.pdf>

15 Política de Acesso Aberto do post-2014 Research Excellence Framework, p. 8, <http://www.hefce.ac.uk/pubs/year/2014/201407/>

16 Ibid: 8

17 Ibid: 8

18 Johnson, B (2015) 'REF OA Policy Overview', Workshop How compliant is your institution? Meeting RCUK and REF metadata and policy requirements, 24 November 2015, Jisc: London, <http://savilleav.mediasite.com/mediasite/Play/7a40d751343c4625832210e6e77f785f1d>

	http://www.hefce.ac.uk/rsrch/oa/FAQ/#depositt4
Exceção técnica:	
» O resultado de investigação é um proceeding de conferência, mas não dentro da definição	Verdadeiro/Falso
» No momento de aceitação, a produção que está a ser submetida ao REF estava noutra instituição que não cumpriu com os critérios	Verdadeiro/Falso
» O repositório teve uma falha técnica curta ou transitória que impediu o cumprimento dos critérios	Verdadeiro/Falso
» Uma falha do prestador de serviços externo impediu o cumprimento.	Verdadeiro/Falso
Seção: Requisitos do depósito	Informação a ser fornecida
Versão do ficheiro depositada	Lista de itens [Artigo de revistas científicas, proceedings de conferências com um número de ISSN]
Data do depósito	Data [Nota: deve ser tão breve quanto possível depois de aceite e não exceder os 3 meses depois desta data.]
Exceções ao depósito:	
» O indivíduo cuja produção está a ser submetida ao REF foi incapaz de utilizar um repositório no momento de aceitação.	Verdadeiro/Falso
» O indivíduo cuja produção está a ser submetida ao REF atrasou-se na obtenção do texto final com revisão por pares.	Verdadeiro/Falso
» O indivíduo cuja produção está a ser submetida ao REF não estava contratado por uma instituição de ensino superior do Reino Unido no momento da submissão para publicação.	Verdadeiro/Falso
» Seria ilegal depositar ou solicitar o depósito do resultado de investigação.	Verdadeiro/Falso
» O depósito do resultado de investigação apresentaria um risco de segurança.	Verdadeiro/Falso
Seção: Requisitos de acesso	Informação a ser fornecida
Data de publicação	Data
Data final de embargo	Data [Nota: 12 meses STEM / 24 meses HASS]
Acessível para ler	Data
Acessível para download	Data
Pesquisa em texto integral	Data
Exceções ao acesso:	
» O resultado de investigação depende de terceiros os quais não puderam conceder direitos de Acesso Aberto.	Verdadeiro/Falso
» A publicação em questão exige um período de embargo que excede os máximos definidos e foi a publicação mais adequada para o resultado de investigação.	Verdadeiro/Falso
» A publicação em causa proíbe ativamente o depósito em Acesso Aberto num repositório e foi a publicação mais adequada para o resultado de investigação.	Verdadeiro/Falso
Seção: Outras exceção	Informação a ser fornecida
Outra exceção	Texto livre

Tabela 2: Informação dos Funding Councils e requisitos da auditoria para a política de Acesso Aberto do REF¹⁹.

19 Acesso Aberto no post-2014 Research Excellence Framework: informação e requisitos, p. 3-6, <http://www.hefce.ac.uk/media/hefce/content/What,%20we,%20do/Research/OA/Open%20access%20in%20the%20next%20REF%20information%20and%20audit%20requirements.pdf>

As diretrizes dos Funding Councils sobre a informação e os requisitos da auditoria fornecem orientação detalhada sobre os conteúdos e metadados que devem ser fornecidos para cada campo (resumidos na Tabela 2) bem como as evidências que os auditores procuram recolher das universidades²⁰. Para monitorizar a conformidade com os requisitos da política de Acesso Aberto e da auditoria dos Funding Councils, as universidades podem recolher informações manualmente ou automaticamente (por exemplo, com o plugin RIOXX²¹ mas este serviço não recolhe informação sobre todos os campos).

Em poucas palavras, o cumprimento com a política de Acesso Aberto dos Funding Councils implica que as universidades terão de seguir os passos subsequentes e estar cientes do processo de verificação e auditoria (Figura 2):

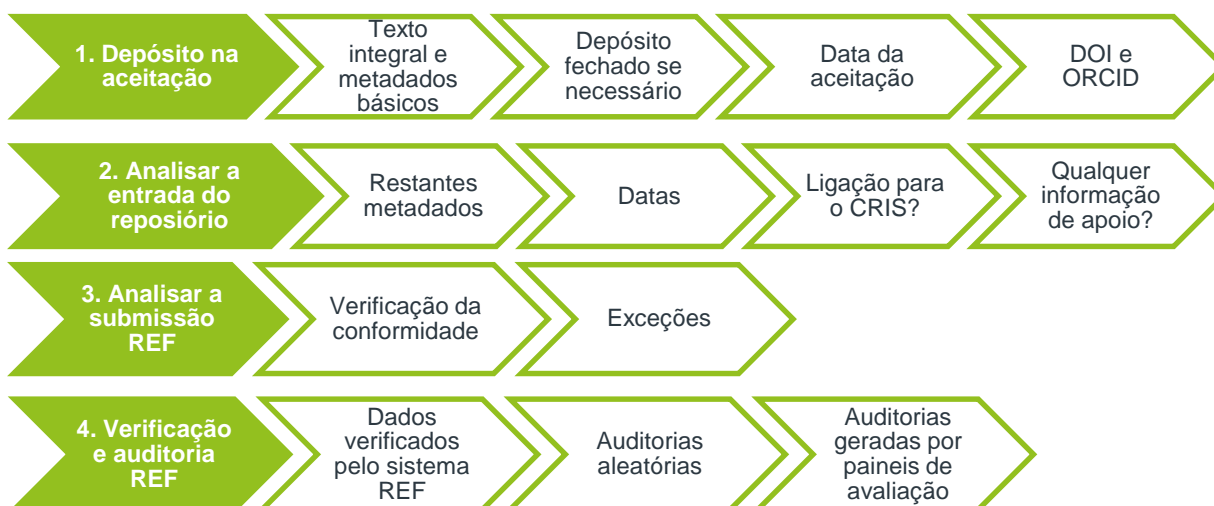


Figura 2: Visão geral do processo para as universidades do Reino Unido cumprirem com a política de Acesso Aberto dos Funding Councils²².

Para apoiar as universidades na recolha de informação, assim como na monitorização e relato da conformidade, os Funding Councils têm trabalhado com os fornecedores de software para repositórios, Jisc e outros interessados no desenvolvimento de sistemas e ferramentas que permitem mecanismos simples e eficazes de registo da informação. Deve ser observado que no caso do Reino Unido o desenvolvimento e futura utilização de mecanismos automáticos para recolher, monitorizar e reportar informação sobre a conformidade da política é largamente facilitado pois todas as universidades têm repositórios online, a maioria dos quais usam o software EPrints ou DSpace. Por exemplo, EPrints desenvolveu o plugin REF Compliance Checker²³ que permite saber se um resultado de investigação é legível para o próximo REF. O perfil de aplicação de metadados RIOXX tem sido desenvolvido e pode ser implementado num repositório EPrints ou DSpace para garantir que os metadados corretos estão a ser registados pelos repositórios institucionais, que o controlo consistente das publicações em Acesso Aberto está a ser mantido e, em última análise, que a informação sistemática pode ser recolhida para informar sobre a conformidade da política. Esta aplicação apoia a implementação de ambas as políticas de Acesso Aberto - RCUK e Funding Councils. SHERPA desenvolveu um novo serviço, Sherpa/REF, para apoiar os autores e instituições a definir se uma revista científica onde se pretende submeter a publicação permite a conformidade com a política de Acesso Aberto dos Funding Councils.

20 Ibid: 3-6

21 RIOXX é uma aplicação que disponibiliza um mecanismo para que os repositórios institucionais cumpram com os requisitos do RCUK e dos Funding Councils. Para mais informação: <http://riox.net/>

22 Johnson, B. (2015) 'REF OA Policy Overview', Workshop How compliant is your institution? Meeting RCUK and REF metadata and policy requirements, 24 November 2015, Jisc: London, <http://savageleav.mediasite.com/mediasite/Play/7a40d751343c4625832210e6e77f785f1d>

23 Plugin para EPrints do REF Compliance Checker, <http://scholarlycommunications.jiscinvolve.org/wp/2015/10/08/the-ref-compliance-checker-plugin-for-eprints-timelines-for-implementation/>

De forma geral, os Funding Councils têm trabalhado ativamente com múltiplas partes interessadas para garantir que os mecanismos de apoio adequados estão a funcionar para facilitar o cumprimento com a sua política de Acesso Aberto a partir de Abril de 2016. Os casos de estudo seguintes ilustram como duas universidades do Reino Unido estão a trabalhar no sentido de implementar processos e procedimentos ao nível institucional que irão garantir a conformidade com a política de Acesso Aberto dos Funding Councils²⁴.

Monitorização da conformidade com a política de Acesso Aberto REF dos Funding Councils: A Universidade de Glasgow

O anúncio dos Funding Councils do Reino Unido sobre a política de Acesso Aberto do post-2014 Research Evaluation Framework (REF) fez com que todas as universidades do Reino Unido tomassem medidas para sensibilizar e apoiar os seus académicos sobre a política e implementassem as ferramentas mais adequadas para a monitorização do seu cumprimento. Porque a ênfase é posta no papel dos académicos que são obrigados a disponibilizar em Acesso Aberto os seus resultados de investigação e a garantirem que este requisito é cumprido para que os seus resultados sejam elegíveis para o REF, a biblioteca da Universidade de Glasgow tem estado empenhada em assegurar que a transição para o Acesso Aberto seja feita de uma forma eficiente.

A Universidade de Glasgow tem uma política de Acesso Aberto - **Publications Policy** – desde 2008 e um **repositório** desde 2004 e tem vindo a promover bastante o Acesso Aberto desde então. A política dos Funding Councils tem, consequentemente, contribuído para o investimento da biblioteca em atividades de disseminação, em dar apoio aos académicos e em melhorar a infraestrutura existente para permitir a monitorização da conformidade com a política dos Funding Councils.

Algumas das atividades de disseminação em que a biblioteca tem estado envolvida incluem diversos workshops, sessões de formação e apresentações em toda a universidade com o objetivo de consciencializar os académicos, investigadores e não académicos sobre o Acesso Aberto e em **como cumprir** com a política dos Funding Councils. Simultaneamente, sistemas de apoio estão a funcionar para informar e apoiar os académicos no **depósito** das suas publicações no repositório Enlighten Publications. É também concedido aos académicos informação e apoio através do **website institucional** e do **serviço de apoio** criado. A Universidade de Glasgow tem tido um papel ativo no trabalho com os académicos, eliminando barreiras, dando apoio e, sempre que possível, fazendo o trabalho administrativo em nome dos autores – desde o depósito no Enlighten até à verificação dos resultados de investigação em Acesso Aberto para conformidade com os Funding Councils, mas também com outras políticas de Acesso Aberto. O repositório da Universidade de Glasgow usa o software EPrints. Ao usar o mais recente plugin REF Compliance Checker para EPrints, a biblioteca pode verificar quais os resultados de investigação elegíveis para o REF e monitorizar a conformidade com a política. Ao monitorizar como os académicos da Universidade de Glasgow estão relativamente à disponibilização dos seus resultados de investigação em Acesso Aberto, a biblioteca tem criado relatórios com informação detalhada sobre os autores e as suas publicações. Estes relatórios têm sido partilhados com chefias na Universidade de forma a informá-los sobre a forma como o processo está a decorrer e sobre quantos resultados estão ou não disponíveis em Acesso Aberto. Estes relatórios são também uma fonte de informação para garantir que todos os académicos podem ser apoiados e informados da necessidade de disponibilizar todos os seus resultados de investigação em Acesso Aberto. A biblioteca irá monitorizar a conformidade enviando notificações quando a data de aceitação é maior que dois meses e quando uma versão adequada do documento não está disponível no repositório.

24 A grande maioria das universidades do Reino Unido têm páginas web com informação sobre a política dos Funding Councils (**exemplo**). As universidades também estão envolvidas em inúmeras atividades, exemplos: apresentações, workshops e formação aos académicos e não académicos; disponibilização de apoio helpdesk) para sensibilizar e promover o cumprimento com a política (**exemplo**). As associações do Reino Unido e organizações como o Jisc têm também promovido atividades de sensibilização sobre a política. Por exemplo, em novembro de 2015 Jisc organizou um workshop sobre a conformidade de cada instituição, cumprir com os requisitos da política dos RCUK e metadados REF (**link**) e ARMA organizou um webinar sobre disseminação no Acesso Aberto (**link**).

Sucintamente, a Universidade de Glasgow está atualmente focada em:

- Manter os seus académicos e não académicos o mais informados possível sobre a política dos Funding Councils antes da política se tornar efetiva em 1 de abril de 2016;
- Garantir que é dado todo o apoio aos académicos para cumprirem com a política;
- Garantir a monitorização efetiva da conformidade com a política e que todos os resultados publicados pelos autores da Universidade são legíveis para o REF – incluindo os casos excecionais e os casos que apresentam razões para não estarem disponíveis em Acesso Aberto.

Monitorização da conformidade com a política de Acesso Aberto REF dos Funding Councils: A Universidade de Oxford

Em 2013, a Universidade de Oxford emitiu uma **Declaração sobre Acesso Aberto** onde recomenda aos seus académicos e investigadores a disponibilização em Acesso Aberto dos resultados de investigação publicados depositando uma cópia dos artigos sujeitos a arbitragem científica no Oxford Research Archive (**ORA**). A nível institucional, o trabalho tem sido focado no aumento da consciência para o Acesso Aberto e na promoção do depósito e disponibilização dos resultados de investigação dos últimos anos em Acesso Aberto. Contudo, o anúncio das políticas de Acesso Aberto do RCUK e dos Funding Councils tem resultado num aumento significativo de trabalho. Desde então, a Universidade de Oxford tem estado focada em melhorar o apoio incluindo a implementação de projetos de Acesso Aberto - The Open Access Service Design project – que pretende disponibilizar um serviço efetivo aos seus académicos e investigadores sobre o depósito e disponibilização dos resultados de investigação em Acesso Aberto, assim como promover a conformidade com os requisitos do post-2014 REF. O projeto é baseado no trabalho colaborativo entre os serviços de investigação das bibliotecas Bodleian, os serviços de informação e tecnologia, as divisões académicas e a Oxford University Press. O **projeto** Open Access Service Design envolveu melhorar os processos de trabalho em áreas que incluem Comunicações; conceção de serviços e fluxos de trabalho; desenho técnico e desenvolvimento (ORA, Symplectic Elements, repositórios temáticos; gestão de APC); cumprimento com o REF e recolha de dados e gestão da informação e avaliação do desempenho.

O projeto resultou na implementação ou adaptação de diversos processos e planos, a fim de garantir que a informação é comunicada, que a infraestrutura é funcional e que a informação certa é recolhida e usada nos relatórios. Desde outubro de 2015, o plano de ação e comunicação está em prática para encorajar os académicos e investigadores para o 'Act on Acceptance'. O **Act on Acceptance** segue os requisitos da política dos Funding Councils para o depósito dos resultados de investigação no repositório assim que possível depois de aceites para publicação, ou dentro de três meses no máximo. Esta estratégia tem vindo a ser divulgada de diferentes formas. Por exemplo, através de eventos organizados pela universidade, departamentos ou faculdades; comunicações enviadas pelos departamentos e representantes das divisões académicas; formação, apoio online através da **ferramenta** Open Access Live Help e via **email**. A universidade está assim a enviar uma mensagem clara, simples e coordenada requerendo aos investigadores e académicos para **depositarem** os seus resultados de investigação de forma a serem legíveis no post-2014 REF. As bibliotecas Bodleian aumentaram significativamente o apoio aos verificarem as permissões e ao melhorarem os metadados dos registos depositados no repositório. A universidade conta com os seus investigadores para depositarem a sua investigação, mas também depende de pontos de contacto nos departamentos académicos para comunicar com os seus académicos e investigadores de forma a assegurar o depósito. A universidade conta também com as bibliotecas para garantir que os artigos depositados estão em conformidade com a política dos Funding Councils. Desde o início do Act on Acceptance mais de 1,000 artigos sujeitos a arbitragem por pares e outros resultados de investigação foram depositados no ORA.

Ao nível da infraestrutura, a Universidade de Oxford adotou o **Symplectic** como uma aplicação que apoia a monitorização da conformidade com a política. A universidade está também a promover a utilização de identificadores persistentes que irão facilitar o controlo das publicações, em particular o **ORCID**.

No geral, as prioridades da Universidade de Oxford até a política do post-2014 REF tornar-se efetiva são: melhorar a tecnologia, tornando os sistemas mais automatizados, promover atividades de sensibilização junto dos investigadores, académicos e pessoal não docente e continuar a melhorar o trabalho das bibliotecas no apoio aos académicos e investigadores.

Estudo de Caso II: A Política dos Institutos Nacionais de Saúde Pública dos EUA

Os National Institutes of Health (NIH) anunciaram em abril de 2008 a Política de Acesso Público que requer aos investigadores e beneficiários financiados diretamente pelos NIH, assim como pessoal dos NIH a submissão de uma versão eletrónica sujeita a revisão por pares após a aceitação para publicação²⁵ no PubMed Central (PMC). O registo deve ficar imediatamente disponível no PMC ou pode ser embargado até 12 meses no máximo. A Tabela 3 sumariza os requisitos da Política de Acesso Público dos NIH.

· Âmbito da política	Revistas científicas com revisão por pares
· Auto-arquivo (via Verde)	Depositar e disponibilizar em Acesso Aberto artigos com revisão por pares é um requisito. Existem quatro métodos de depósito: as revistas científicas submetem todos os seus artigos ao PMC (Método A); os artigos são depositados pelo editor no PMC geralmente pagando pelo Acesso Aberto imediato (Método B); os autores depositam o artigo no NIH Manuscript Submission System (NIHMS) (Método C); os editores depositam os artigos no NIHMS (Método D).
· Onde depositar	PMC.
· Data do depósito	Após a aceitação do artigo para publicação (i.e. data oficial de publicação).
· Versão a depositar	Artigo final com revisão por pares.
· Período de embargo	Não mais que 12 meses depois da data oficial de publicação.
· Licenciamento	Instituições e autores devem reter alguns direitos de autor. Os acordos de transferência de direitos de autor devem permitir a submissão aos NIH. Artigos finais com revisão por pares são livremente acessíveis no PMC sob os princípios de Uso Justo ²⁶ .
· Publicação de resultados de investigação em Acesso Aberto (via Dourada)	Acesso Aberto Dourado é aceite.
· APC	Os custos de publicação, incluindo as taxas dos autores, devem ser retirados do financiamento e contratos dos NIH sob três condições: (1) esses custos são reais, permitidos e razoáveis; (2) os custos têm uma cobrança consistente independentemente da fonte de apoio; (3) todas as outras leis aplicáveis são respeitadas.
· Exceções	Os NIH concedem exceções apenas em circunstâncias extremas, como a morte do único autor. Os NIH irão considerar as exceções caso a caso.
· Sanções	Desde 1 de julho de 2013, os NIH irão atrasar o processamento de financiamento se as publicações resultantes não estão em conformidade com a política dos NIH.
· Outros	O número de contrato deve estar incluído no artigo. Os autores devem incluir o número de referência do PMC ou o NIH Manuscript Submission quando citam artigos financiados pelos NIH.

Tabela 3: A Política de Acesso Público dos NIH²⁷.

Para promover a conformidade com a Política de Acesso Público, os NIH tem oferecido orientação sobre como os investigadores podem cumprir com os requisitos de depósito da política. Os autores devem²⁸:

- Definir se os resultados de investigação são abrangidos pela política dos NIH, ou seja, ser um artigo com revisão por pares;
- Notificar o editor que o artigo a ser publicado é financiado pelos NIH e está sujeito à sua política;
- Incluir todos os números de contrato aplicáveis no artigo;

25 Detalhes da política, <https://publicaccess.nih.gov/policy.htm>

26 Mais informação de Uso Justo, <http://copyright.gov/fair-use/more-info.html>

27 Detalhes da política, <https://publicaccess.nih.gov/policy.htm>

Questões frequentes sobre a política, <http://publicaccess.nih.gov/FAQ.htm#>

28 Como cumprir com os requisitos de depósito dos NIH, <https://www.library.ucsf.edu/services/scholpub/nih>

- Incluir o identificador único do PMC do artigo, conhecido como PMCID, em qualquer aplicação, proposta ou relatório de progresso submetido aos NIH;
- Os autores e as instituições devem assegurar que os contratos de direitos de autor dos editores permitem que o artigo seja submetido aos NIH;
- As revistas científicas, editores ou autores devem submeter os artigos no PMC (diretamente ou via NIHMS) via Método A, B, C ou D (ver Tabela 3, auto-arquivo).

Os artigos serão considerados em conformidade com a política dos NIH se cumprirem com os requisitos e em particular: a) se os autores considerarem os direitos de autor/*copyrights* quando preparam os artigos, b) se os artigos são submetidos ao PMC e controlados através do sistema de gestão bibliográfico My NCBI²⁹, e c) se ao reportar aos NIH (ou quando submetem uma aplicação ou proposta) os autores incluem o identificador único PMCID³⁰.

Para promover a conformidade com a sua política, os NIH controlam os artigos publicados financiados através da informação fornecida nos seus relatórios de progresso anuais. A não conformidade com a política resulta em atrasos no financiamento até a conformidade com a política estar demonstrada³¹.

Para apoiar as instituições na monitorização da conformidade com a Política de Acesso Público, os NIH desenvolveram uma ferramenta online - NIH Public Access Compliance Monitor (PACM) – que fornece à instituição informação sobre o estado atual da conformidade de todos os artigos associados à instituição³². Como forma de controlar a conformidade, a PACM identifica os artigos que estão ligados a financiamentos recolhendo informação através da PubMed (base de dados de citações e resumos), da ferramenta My NCBI³³, PMC (repositório de ciências da vida e biomédica) e NIHMS (sistema de submissão de artigos). O pessoal com permissões de acesso ao PACM (isto é, pessoal com o papel de Public Access Compliance Report) pode ver informação sobre o sumário institucional que inclui a conformidade total³⁴, não conformidade³⁵ e em progresso³⁶, assim como a taxa de conformidade global. As instituições podem também fazer o download de relatórios sobre a não conformidade de artigos e controlar o progresso dos artigos submetidos ao NIHMS. Além disso, as instituições podem aceder à informação por categoria (em conformidade, não conformidade, em progresso) e identificá-la através do seu PMID (PubMed Identifier), PMCID (PubMed Central reference number), NIHMSID (NIH Manuscript Submission Identifier), número de contrato, nome do Investigador Principal (PI), data de publicação e por data de depósito no NIHMS, assim como pelas datas de início e fim das aprovações ao NIHMS (Figura 3).

29 My NCBI e My Bibliography: Definições, <http://publicaccess.nih.gov/communications.htm>

30 Quando e como cumprir, <http://publicaccess.nih.gov/>

31 Alterações aos esforços para cumprimento com a política, <http://grants.nih.gov/grants/guide/notice-files/NOT-OD-13-042.html>

32 Guia de utilização para monitorização da conformidade, http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/utills/pacm/static/PACM-USER-Guide-Dec_2012.pdf

33 Ajuda My NCBI, http://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK3842/#MyNCBI.What_Is_My_NCBI

34 PACM considera um artigo em conformidade se tem o identificador PMCID (o qual indica que o artigo está disponível no PMC) ou se um artigo foi depositado por uma revista científica no PMC (Método A).

35 PACM considera que um artigo está não conforme se o artigo não foi depositado através do Método A e não tem o PMCID e não está em progresso (ver a seguir).

36 PACM considera um artigo em progresso se o artigo foi depositado através dos Métodos B, C ou D em menos que 3 meses após a data de publicação e está no ciclo de processamento do NIHMS, http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/utills/pacm/static/PACM-USER-Guide-Dec_2012.pdf

PMID ↑	PMCID	NIHMSID	Grant Number	PI Name	Publication Date	NIHMS file deposited	NIHMS initial approval	NIHMS tagging complete	NIHMS final approval
21534005		376722	P50 DA123456	SMITH, JANE JONES, TOM	03/01/12	05/10/12			
21540055			R01 DK456789	DOE, JOHN	07/15/11				
21549724		297370	P50 DA987654	DAVIS, ANDREW	07/25/11	05/17/11	05/18/11	05/27/11	
			R01 DA543211						
			T32 DA567012	SMITH, JOHN					
			T32 DA012789	DOE, JOAN					

Figura 3: Exemplo dos detalhes de artigos não conformes com a Política de Acesso Público dos NIH³⁷.

Os NIH têm incentivado as instituições a trabalharem com os seus investigadores de forma a assegurarem o cumprimento da Política de Acesso Público. Algumas das recomendações feitas pelos NIH fazem referência ao papel das instituições na implementação de planos de comunicação e disseminação, assim como em organizar sessões de formação para os seus investigadores para serem informados sobre a política e saberem usar o My NCBI, para associarem os seus artigos com os números dos financiamentos (exemplo NIHMSIDs e números de contratos), para definirem planos de conformidade com a política durante a fase em que escrevem o artigo e para garantirem a conformidade na fase em que os artigos são submetidos para publicação numa revista científica e não só na fase de submissão dos relatórios anuais dos NIH³⁸.

Para concluir, uma investigação recente sobre o impacto da política dos NIH que teve em conta as taxas de citações dos artigos³⁹ mostra que os artigos com revisão por pares publicados em 2009, financiados pelos NIH e disponibilizados no PMC quando comparados com artigos semelhantes publicados nas mesmas revistas científicas mas que não foram depositados nem disponibilizados em Acesso Aberto no PMC apresentam um nível maior de citações (26%). O estudo considera que a Política de Acesso Público dos NIH tem um impacto significativo em tornar a informação científica mais visível e facilmente acessível e recomenda outras agências federais dos EUA a seguir o mesmo exemplo. Além disso, o estudo mostra que em 2013 a taxa de conformidade foi de 75%. Essencialmente, os NIH determinam a taxa de conformidade calculando o número de artigos abrangidos pela sua política num determinado ano. O número de artigos abrangidos pela política é calculado tendo por base os artigos ligados com o financiamento dos NIH. Esta informação é recolhida nas seguintes fontes de informação: a) artigos registados no NIHMS, b) autores e PI registados no sistema MY NCBI, c) PI e instituições conectadas aos relatórios de progresso e d) autores e editores na seção de agradecimentos dos artigos⁴⁰. Desde maio de 2005, um total de 555,397 registos foram submetidos no NIHMS, dos quais 96% foram submetidos desde a implementação da política em abril de 2008 (Figura 4).

37 Guia de utilização para monitorização da conformidade, http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/utills/pacm/static/PACM-USER-Guide-Dec_2012.pdf

38 Como as instituições podem assegurar a conformidade, https://www.youtube.com/watch?v=wqkn_UeDDZk&index=7&list=PLOEUwSjnvqBJS9LZs1vMoG6vcAbTAXq0H

39 De Groot S L, Shultz M, Smalheiser N R (2015) 'Examining the Impact of the National Institutes of Health Public Access Policy on the Citation Rates of Journal Articles', PLoS ONE 10(10): e0139951. doi:10.1371/journal.pone.0139951

40 National Institutes of Health Plan for Increasing Access to Scientific Publications and Digital Scientific Data from NIH Funded Scientific Research, February 2015, p. 20, <http://grants.nih.gov/grants/NIH-Public-Access-Plan.pdf>

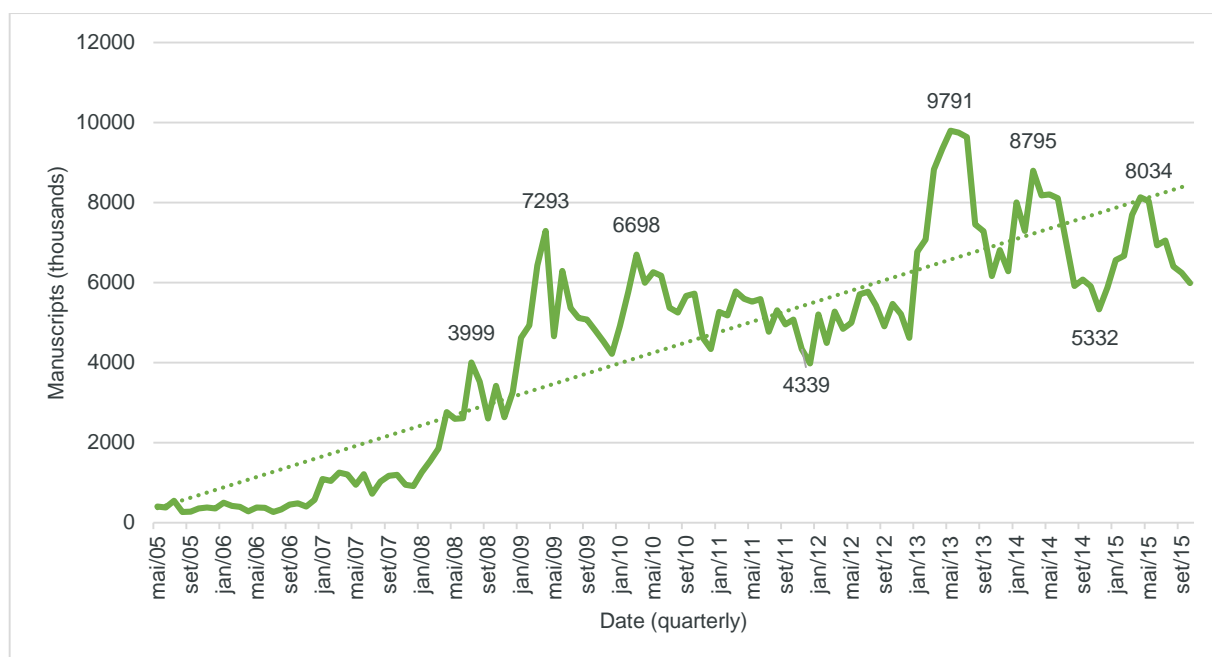


Figura 4: Total de artigos (versão do autor depois da revisão por pares) submetidos no NIHMS⁴¹.

O número total de artigos (versão do autor depois da revisão por pares) financiados pelos NIH e disponíveis no PMC é, contudo, mais elevado que o número total de artigos (versão do autor depois da revisão por pares) submetidos através do NIHMS, porque em alguns casos as revistas científicas têm acordos com os NIH e submetem os artigos automaticamente no PMC (Método A)⁴² e noutros casos os autores têm acordos com os editores para submissão dos artigos diretamente no PMC (Método B)⁴³.

III. Recomendações sobre a monitorização do cumprimento de políticas de Acesso Aberto

Esta seção salienta os processos e procedimentos que as universidades, instituições de investigação e financiadores podem seguir para monitorizar a conformidade com as suas políticas. Estas recomendações são consideradas como os passos iniciais que os interessados podem seguir para começar a monitorização da conformidade com as suas políticas. Além disso, os procedimentos implementados por diferentes partes interessadas que foram salientadas na seção anterior podem também ser usadas como exemplo de mecanismos para monitorizar a conformidade.

Passo 1: Recolher dados sobre os resultados de investigação publicados pelos autores

- Recolher informação sobre os resultados de investigação publicados por académicos e investigadores numa instituição (para monitorizar a conformidade com as políticas de Acesso Aberto institucionais) ou financiados por um programa (para monitorizar a conformidade com a política de Acesso Aberto de um financiador) por ano:
 - » Recolher informação sobre todos os resultados de investigação publicados por um autor por ano (e.g. via Web of Science, Scopus, Google Scholar);
 - » Recolher informação sobre se os resultados de investigação publicados estão disponíveis em Acesso Aberto (e.g. num repositório institucional, temático ou multidisciplinar).

41 Estatísticas NIHMS, <https://www.nihms.nih.gov/stats/>

42 Lista de revistas científicas que submetem artigos diretamente no PMC, http://publicaccess.nih.gov/submit_process_journals.htm

43 Lista de editores com os quais os autores têm acordos para submeterem artigos diretamente no PMC, https://publicaccess.nih.gov/select_deposit_publishers.htm

Passo 2: Monitorizar a conformidade dos resultados de investigação com as políticas de Acesso Aberto

- Analisar os requisitos da política de Acesso Aberto e definir indicadores para monitorizar a conformidade:
 - » Indicadores para monitorizar a conformidade com os requisitos de Acesso Aberto (via Verde);
 - » Indicadores para monitorizar a conformidade com os requisitos de Acesso Aberto (via Dourada).
- Avaliar qual a infraestrutura que está a ser usada e se as suas funcionalidades podem ser reforçadas a fim de recolher informações sobre o cumprimento:
 - » Podem as ferramentas do Current Research Information System (CRIS) ser reforçadas?
 - » Podem as ferramentas do software do repositório institucional (e.g. EPrints, DSpace) ser reforçadas?
 - » Podem ser incorporados serviços adicionais no software do repositório (e.g. plugins)?
- Determinar que ferramentas podem ser usadas para monitorizar a conformidade:
 - » Será que a informação recolhida sobre os artigos disponibilizados em Acesso Aberto e a verificação da conformidade com a política de Acesso Aberto pode ser registada manualmente (e.g. numa folha de Excel) ou automaticamente (e.g. através da aquisição de um software específico)?
- Do total de resultados de investigação à política de Acesso Aberto:
 - » Identificar quantos resultados de investigação estão sujeitos à política de Acesso Aberto, quantos estão em Acesso Aberto (imediatamente e embargados) e quantos não estão. Para os resultados de investigação que não estão disponíveis em Acesso Aberto, alertar os autores sobre como cumprir com a política de Acesso Aberto;
 - » Avaliar se os resultados de investigação disponíveis em Acesso Aberto estão em conformidade com a política de Acesso Aberto. Se os resultados de investigação não estão em conformidade com a política, alertar os autores sobre como o artigo pode ficar conforme.

Passo 3: Progresso e relatórios

- Rever o progresso do trabalho regularmente e fazer os ajustamentos ao processo de monitorização da conformidade da política sempre que necessário;
- Relatar os resultados aos interessados e determinar se as alterações ao processo de monitorização da conformidade da política são necessárias ou se mais planos de disseminação são requeridos para promover a conformidade.

IV. Conclusão

O Acesso Aberto à informação científica tem inúmeras vantagens para a comunidade académica e para a sociedade em geral. Aumenta a acessibilidade, visibilidade, uso e impacto da investigação. Melhora a velocidade e eficiência da investigação. Promove a transferência do conhecimento das universidades para o público, organizações sem fins lucrativos e setor privado. E, oferece um maior retorno sobre os investimentos na investigação financiada por programas públicos. Muitas instituições e financiadores na Europa e América do Norte estão a liderar o caminho para mudar as práticas do sistema de comunicação implementando políticas de Acesso Aberto. É pertinente monitorizar o cumprimento com as Políticas de Acesso Aberto porque permite às instituições e financiadores avaliar o nível de cumprimento das suas políticas pelos seus académicos, investigadores e bolseiros. A monitorização das políticas de Acesso Aberto tem levado ao desenvolvimento de definições quantificáveis que facilitam o controlo do cumprimento através de requisitos como quem deve disponibilizar a informação científica em Acesso Aberto, o que deve ser colocado em Acesso Aberto, quando deve ser colocada a informação em Acesso Aberto, onde e como. Este estudo também ilustrou como as instituições e financiadores estão a monitorizar o cumprimento (manualmente ou automaticamente), que ferramentas ajudam a monitorizar o cumprimento (Web of Science, Scopus, Google Scholar) e que padrões

internacionais podem ser incluídos nas publicações para facilitar o processo de monitorizar o cumprimento (ORCID, DOIs, FundRef). Os estudos de caso descritos neste documento demonstram como as políticas de Acesso Aberto podem ser monitorizadas eficazmente por financiadores e instituições. As recomendações sugeridas sobre como monitorizar políticas de Acesso Aberto fornecem informação sobre os passos que os interessados devem seguir aquando do planeamento para adotarem mecanismos de monitorização. Em última análise, à medida que as instituições e financiadores desenvolvem processos e procedimentos para monitorizar o cumprimento das políticas será mais relevante considerar a possibilidade das políticas de Acesso Aberto tornarem-se cada vez mais alinhadas tendo um impacto sobre a forma como a conformidade é monitorizada. Em particular, se as políticas de Acesso Aberto estão alinhadas, as instituições só terão de seguir um único workflow para avaliar a conformidade dos seus académicos e investigadores com uma ou múltiplas políticas (por exemplo, políticas institucionais e de financiadores).

Agradecimentos

PASTEUR4OA agradece a Valerie McCutcheon, Research Information Manager na Universidade de Glasgow e Sally Rumsey, Head of Scholarly Communications e RDM na Universidade de Oxford, pelas suas contribuições para este briefing paper. PASTEUR4OA agradece a Clara Parente Boavida a tradução deste documento para Português.